



O tempo no Rio: encoberto, ocasionalmente nublado, ainda com chuvas esparsas. Temperatura estável. A máxima de ontem foi de 29,5 graus, em Jarda Cruz; a mínima, de 21 graus, no Alto da Boa Vista. Página 22



Vice-Presidentes
ROGERIO MARINHO JOÃO ROBERTO MARINHO

O GLOBO *com P. J. P.* **O rumo do País**

VINTE e um governadores, na chamada Declaração do Rio de Janeiro, acompanhando pronunciamentos do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da maioria dos seus membros, dirigiram-se à Nação, proclamando solenemente a conveniência do prazo de 5 anos para o mandato do Presidente da República.

SURTEM agora manifestações de declarantes daqueles pronunciamentos, admitindo que talvez o prazo mais adequado seja o de 4 anos.

QUE aconteceu nesse intervalo? Agravaram-se os problemas econômicos e sociais do País, em virtude de providências inadequadas e até demagógicas, tornando inadmissíveis modificações desses rumos administrativos. Nesse sentido, abandonando-se a elaboração de "pacotes" de artifícios fiscais e tentativas de controle do mercado, estão sendo implantadas medidas que visam a restabelecer, no plano interno, um clima de trabalho; e no âmbito internacional, um padrão racional e pragmático de negociações.

A GRAVARAM-SE também os desentendimentos na Constituinte. Hoje, porém, os congressistas tendo ajustado novo regimento, pondo de lado os "pacotes" de disparates, restauraram a expectativa de que possa vir a ser formulada uma Carta capaz de viabilizar a convivência livre, pacífica e ordeira do povo brasileiro.

A PARTIR desses indícios de uma tomada de consciência de suas responsabilidades fundamentais por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, o ano despontou sob presságios favoráveis.

EIS que inopinadamente certos líderes cujas ambições pessoais são notórias, correntes políticas extremadas e alguns governadores esquecidos das palavras que emittiram dispõem-se a desencadear um movimento no sentido de se dar prioridade à antecipação do processo eleitoral. Consideram que as preo-

cupações da Nação não se devem voltar para a solução dos problemas de segurança, inflação, emprego, desenvolvimento e distribuição mais justa da renda, simultaneamente à restauração da credibilidade internacional.

AO invés de se atender a esses imperativos, com o zelo e a atenção que requerem, prega-se um tratamento improvisado para os mesmos, acelerando-se tumultuadamente uma "Constituição já", quaisquer que sejam os seus dispositivos, deixando-se para depois as exigências de correção da moral e da economia.

QUAL o motivo alegado? O de que o povo perdeu a fé nas atividades tanto administrativas como legislativas de seus dirigentes. E deseja substituí-los. Por quem? Por eles mesmos, em posições de maior mando, com possibilidades mais amplas de satisfazer os seus anseios de poder.

TRATA-SE evidentemente de um raciocínio desatulado em que se pretende atribuir ao povo a alienação de segmentos da elite dirigente. Se a classe política por sua maioria viesse a endossar tais pronunciamentos estaria desnudando a sua incapacidade de atender ao cumprimento de seus elementares deveres e atribuições.

TUDO indica que não prevalecerá esta iniciativa que não constitui apenas uma demonstração de incoerência, mas de imprudência e levandade.

A HORA não é de se desencadear novas campanhas. Mas, simplesmente, de se honrar os ideais que inspiraram as de 1984 e 1986.

EM 1988, o povo não está interessado em mutilar mandatos, mas em que sejam afinal exercidos com eficiência e senso de responsabilidade. Está cansado de ouvir promessas. Quer vê-las cumpridas. Antes que o desalento se transforme em desespero.